

Suárez, Mireya e Bandeira, Lourdes (orgs). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Editora UnB, 535 págs.

## Violência, gênero e crime

Liliane Machado\*

Um acordo entre a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e a Universidade de Brasília, em meados da década de 1990, rendeu um estudo amplo e denso sobre o crime sexual, publicado sob o título de **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**, organizado por Mireya Suárez e Lourdes Bandeira. Em sua segunda edição, a obra não perdeu o vigor, ao contrário, continua uma ótima fonte para reflexões sobre uma das vertentes mais odiadas e menos discutidas da violência social urbana.

Infelizmente, a preocupação que originou o acordo entre o governo e a UnB, firmado em 1993, continua na pauta do dia. Na época, o então secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, João Manuel S. Brochado, preocupado com o aumento de denúncias de violência sexual contra as mulheres e, por outro lado, interessado em promover a conscientização da sociedade acerca do assunto, procurou a instituição. Brochado foi encaminhado ao Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher – NEPeM/UnB, que realizou a pesquisa, em um trabalho conjunto entre professores e alunos.

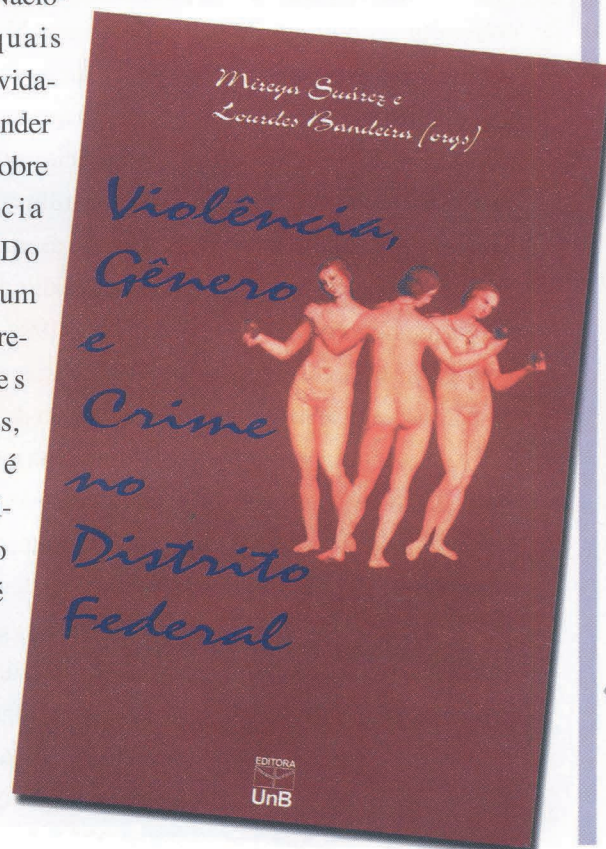
A história do acordo, as fontes utilizadas e a metodologia do trabalho são narradas em detalhes na introdução da obra. Aqui, cabe ressaltar que o livro mostra o crime

sexual por vários ângulos, resultando em um caleidoscópio revelador, em que as partes estão imbricadas, movendo-se em uma sintonia perversa. Sobressai a figura do estuprador, embora as autoras dos diversos artigos chamem a atenção para o fato de que o estupro é apenas uma das várias formas existentes de crime sexual.

Ao percorrermos os doze capítulos distribuídos em quatro partes, que compõem o livro, vamos encontrar várias vozes pronunciando-se sobre o tema: a dos policiais encarregados dos casos, a dos estupradores, as das vítimas dos crimes sexuais, a da mídia impressa que noticiava os casos, além de análises feministas. Dessa forma, pode-se compor um quadro bastante amplo sobre o tema, cuja característica central é a relação assimétrica entre homens e mulheres, a qual perpassa as diversas camadas sociais. Engana-se, portanto, quem atribui à miséria, à loucura ou à degradação moral as origens do crime sexual.

### Discursos sobre a violência

Sob este título, estão reunidos os quatro primeiros artigos, que começam a introduzir o leitor no mundo da violência sexual. O primeiro, **A noção de crime sexual**, escrito por Mireya Suárez, Ana Paula Silva, Danielli França e Renata Weber é uma pesquisa com transeuntes do Conjunto Nacional, os quais foram convidados a responder perguntas sobre a violência sexual. Do senso comum surgem representações reveladoras, uma delas é a que considera que o criminoso é um sujeito anormal,



\* Liliane Machado é professora do Departamento de Comunicação da Universidade Católica de Brasília e doutoranda em História pela UnB.

um tipo de aberração da natureza que merece como castigo até mesmo a pena de morte. Caso fosse possível enquadrar todos os que cometem estes crimes como anormais, seria muito mais simples lidar com o problema. Entretanto, o que a realidade das delegacias de polícia da cidade revela é bem diferente.

Muitos criminosos, incluindo-se nesta categoria desde o estuprador até aquele que comete abuso de poder com a companheira por meio de insultos, agressões físicas, entre outras violências, são cidadãos ditos normais e que compartilham a opinião de que mulher é objeto a ser usufruído e não um sujeito dotado de autonomia.

No artigo **O discurso policial comentado**, de Mireya Suárez, destaca-se o depoimento de uma policial. Lúcida, ela afirma que é incorreto tentar descobrir em todos os estupradores alguma anomalia psicológica. Justifica sua afirmação narrando o caso de um homem que, depois de conhecer uma moça, persegue e estupra-a friamente. Preso, ele diz que a estuprou porque a achou bonitinha. O que leva a policial a concluir, “estuprador estupra porque quer (...) porque gosta de praticar sexo daquela forma, subjugando uma pessoa (...) pouquíssimos são os casos (...) daqueles que têm na vida pregressa um trauma assim, de ser estuprado pelo pai, ou ver a mãe sendo estuprada”.

Diante disso, pode-se perguntar como a mídia se comporta ao noticiar este tipo de crime. Muitas vezes reafirmando preconceitos contra as mulheres e, outras vezes, mostrando-se inapta para realizar uma cobertura crítica. Nos artigos **Notícias de violência: uma leitura**, de Tânia Montoro e **Violência contra mulheres na mídia impressa**, de Adriana Carvalho Lopes, as autoras trabalham com o caso do Dr. Vasco, um episódio de violência contra mulheres ocorrido em Brasília, em 1994, em que um ginecologista de renome, é acusado por várias pacientes de cometer abuso sexual durante a realização de exames.

As autoras analisaram a cobertura feita pelo **Correio Braziliense** e chegaram a conclusões de que precisavam ser seriamente avaliadas por repórteres e editores. Montoro observou o contraponto visual entre o médico e uma das vítimas. Enquanto ele é fotografado em seu consultório, vestido com roupa branca, rodeado de instrumentos que indicam o ofício de médico, a moça é fotografada de close, com uma expressão assustada no rosto. Nada que revele sua ocupação de estudante e nenhum signo que indique

uma fala que mereça credibilidade. A atribuição de valores diferenciados para um e outro é flagrante.

Adriana Carvalho Lopes, por sua vez, chama a atenção para o fato de que a notícia do crime é colocada apenas no âmbito discursivo médico e policial. Estão ausentes as falas das representantes dos movimentos feministas, por exemplo. Dezenas de trabalhos vêm sendo desenvolvidos a partir do arsenal teórico feminista em diversas instituições educacionais, para não mencionarmos as dezenas de associações de mulheres espalhadas pelo país. Ao avaliar o caso, entretanto, os jornalistas limitaram-se a entrevistar psicólogos e policiais, ignorando a produção acadêmica e o trabalho assistencial das entidades de apoio à mulher.

### A mulher também é culpada

Na segunda parte do livro, os autores transcrevem e analisam as falas dos criminosos e das vítimas. Talvez seja a mais terrível de ser lida, pois vemos um desfile de horrores encarnado no pai que estupra e engravida as filhas, no marido que desfigura o rosto de sua esposa, quebrando-lhe os dentes da frente e que a xinga constantemente de vagabunda, ou ainda o caso do marido que, inconformado com o fato de estar sendo sustentado por sua mulher, contrata bandidos para renderem-na, estuprando-a, em seguida. Quando tais criminosos são convidados a falar, eles se mostram convictos de que estão certos e de que as vítimas foram castigadas por seus atos imorais, como o de se atrever a deixar o espaço privado da casa para trabalhar fora.

Ouvir os apenados, portanto, foi essencial para que Danielli Jatobá França, no artigo **Retóricas sobre o crime**, pudesse tecer uma análise sobre a retórica de criminosos detidos na Papuda acerca das mulheres. A autora observa que a imagem acerca do feminino é dicotômica. Os presos dividem-nas em “mulher de família x mulher fuleira” ou, ainda, “mulher direita e mulher errada, que é a prostituta”. A categoria das honestas e respeitáveis eles identificam com o espaço doméstico – noção que integra a casa, as lidas domésticas, o cuidado com as crianças. Enquanto o espaço público – indicativo da rua, dos fazeres políticos, dentre outros – seria, na avaliação dos presos, destinado exclusivamente aos homens. A mulher que insiste em transitar fora do espaço doméstico não merece nenhum respeito e, ao contrário, deve ser castigada pela ousadia.

Reaparecem nas falas dos presos velhas representações acerca das mulheres, designativas do que elas podem ou não podem fazer. Trabalhar fora de casa, por exemplo, uma discussão, aparentemente em desuso, retorna como significativo de transgressão das leis sexistas, as quais designam lugares diferenciados na sociedade para homens e mulheres. Presos a tais crenças, criminosos como Saulo que, a época da entrevista (1994) tinha 44 anos e estava detido acusado de estuprar a própria mulher por esta ter ido trabalhar fora de casa, justificou-se dizendo “Não sou criminoso, nunca foi movido por nada errado” (p. 287).

### A violência é construída

A terceira parte da obra é composta de reflexões teóricas sobre o estupro. Em **Violência sexual, imaginário de gênero e injunção do estupro**, Lourdes Bandeira afirma categórica que a violência não é um elemento constitutivo da natureza do ser humano, “Tanto na ‘natureza humana’ como na ‘natureza das relações sociais’, a violência não é natural, não é espontânea, não é dada” (370). A autora argumenta que a pesquisa empírica evidencia que o agressor não perde o uso de sua razão, principalmente se considerarmos que alguns atos são premeditados. Se a violência é construída, quem a constrói?

No artigo **A estrutura de gênero e a injunção do estupro**, Rita Laura Segato responde ao questionamento acima, ao trabalhar com a noção de que a violência é sociocultural e que os homens aprendem a estuprar. Na avaliação da autora, “o modelo psicopatológico, ou médico-legal do estupro prescinde da necessidade de indagar ou mudar os elementos numa sociedade que podem precipitar a violência sexual contra as mulheres”. Na avaliação de Segato, o estupro pode ser entendido como a tentativa de comunicar algo, pois se trata de uma interlocução com outros imaginários, segundo o modelo dialógico bakhtiniano. A apreensão dos outros neste diálogo imaginário é, segundo a autora, “marcada por uma compreensão da centralidade da estrutura da diferença de gênero”. De novo a diferença ressurgindo das sombras do imaginário. Diferença que começa desde a mais tenra infância, quando a mãe diferencia

o filho e a filha, atribuindo-lhes qualidades diferentes e prossegue com a educação dada nas escolas e também com as informações repassadas pela mídia por meio de desenhos animados, entre outros produtos.

No final do artigo, a autora discute as possibilidades de prevenção ao estupro sugerindo que um dos caminhos seria propiciar às pessoas o auto-conhecimento, “colocar à disposição das pessoas um vocabulário que permita um caminho de interiorização, expor e manter acessíveis ao olhar e à compreensão as estruturas que conduzem o nosso desejo e nos fazem agir”. Entretanto, ela própria observa os limites dessa ação transformadora quando considera que o tempo da reflexão e os mecanismos discursivos que a tornam possível decrescem a cada dia. Enquanto isso, a perversa faceta da violência urbana registrada no crime sexual continua incólume.

